



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO/IFAL

RESOLUÇÃO Nº 272 / 2024 - CEPE/IFAL (11.21)

Nº do Protocolo: 23041.025077/2024-97

Maceió-AL, 23 de julho de 2024.

Aprova, ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Criação, o Funcionamento e o Projeto Pedagógico do Curso de Agente De Desenvolvimento Cooperativista Solidário, ofertado pelo Ifal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO do Instituto Federal de Alagoas - Ifal, reconduzido pelo Decreto Presidencial de 13 de junho 2023, publicado no DOU nº 111, de 14 de junho de 2023, seção 2, p.1, em conformidade com o inciso I do artigo 4º e inciso XVII do artigo 13, da Resolução nº 22/CS, de 1º de julho de 2014, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e considerando o processo nº 23041.024770/2024-42, de 19/7/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Aprova, ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Criação, o Funcionamento e o Projeto Pedagógico do Curso de Agente De Desenvolvimento Cooperativista Solidário, Programa EcoSol: Ciranda Formativa Norte e Nordeste/Manuel Querino, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, de acordo com o anexo único.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor no dia 1º de agosto de 2024.

(Assinado digitalmente em 23/07/2024 11:13)

CARLOS GUEDES DE LACERDA

REITOR - TITULAR

REIT (11.01)

Matrícula: 1085939

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifal.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **272**, ano: **2024**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **23/07/2024** e o código de verificação: **59620747e9**

ANEXO ÚNICO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA**

**PROGRAMA ECOSOL: CIRANDA FORMATIVA NORTE E
NORDESTE/MANUEL QUERINO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE AGENTE
DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA
SOLIDÁRIO**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

Reitor

Carlos Guedes de Lacerda

Pró-Reitora de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação

Eunice Palmeira da Silva

Pró-Reitor de Extensão

Gilberto da Cruz Gouveia Neto

Pró-Reitor de Administração

Heverton Lima de Andrade

Pró-Reitora de Ensino

Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Carolina Mendonça de Moraes Duarte

Equipe responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC):

Beatriz Medeiros de Melo Eduardo

Henrique Viana de Sousa

Érika Sabrina Félix Azevedo

Marcelo Diniz de Lourenço Filho

Rodrigo de Melo Lucena



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

SUMÁRIO

1. Dados da instituição.....	04
2. Identificação do curso.....	04
3. Apresentação.....	05
4. Justificativa.....	06
5. Fundamentação teórica.....	09
6. Objetivos.....	11
6.1. Geral.....	11
6.2. Específico.....	11
7. Requisitos e forma de ingresso.....	12
8. Público-alvo.....	12
9. Metodologia e avaliação da aprendizagem.....	13
9.1. Metodologia.....	13
9.2. Avaliação da aprendizagem.....	15
10. Organização curricular.....	16
10.1. Conteúdo programático.....	16
10.2. Estrutura curricular do curso.....	17
11. Relação ensino, pesquisa e extensão.....	20
12. Avaliação do curso.....	20
13. Programa dos componentes curriculares.....	21
14. Referências bibliográficas.....	29



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas

Endereço: R. Dr. Odilon Vasconcelos, 103 - Jatiúca, Maceió - AL, CEP: 57035-660

Portal institucional: www.ifal.edu.br

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Tipo de curso de extensão:	Curso de Formação Inicial e Continuada
Código do curso:	221004
Nome do curso:	Agente de Desenvolvimento Cooperativista Solidário
Eixo tecnológico:	Gestão e Negócios
Equipe central executora:	Beatriz Medeiros de Melo, Eduardo Henrique Viana de Sousa, Marcelo Diniz de Lourenço Filho, Rodrigo de Melo Lucena
Coordenador regional:	Diogo Ferreira de Almeida Rêgo
Carga horária total:	200 horas
Número de vagas:	40 vagas
Área de conhecimento:	Educação
Subcaracterização 1:	Capacitação/Treinamento/Qualificação Profissional
Modalidade da oferta:	Presencial
Turno de funcionamento	Noturno
Período de realização:	4 meses – de junho a setembro.
Requisito de escolaridade:	Nenhuma exigência de escolaridade (Ser alfabetizado/a - Saber ler e escrever)
Requisito de idade:	A partir de 16 anos
Forma de ingresso:	Convite aos empreendimentos e sorteio.
Locais de realização do curso:	Campus Arapiraca
Recurso financeiro:	Programa EcoSol: Ciranda Formativa Norte e Nordeste / Manuel Querino.
Parcerias:	Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) – Instituto Federal da Bahia (IFBA).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

3. APRESENTAÇÃO

O Programa Ecosol: Ciranda Formativa Norte e Nordeste/Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional – PMQ apresenta como objetivo a formação dos/as trabalhadores/as dos empreendimentos econômicos populares e solidários. A proposta do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) **Agente de Desenvolvimento Cooperativista Solidário**, portanto, contempla os requisitos mínimos propostos na Portaria MTE N. 3.222, de 21 de agosto de 2023, que institui o PMQ e que prevê recursos para a qualificação dos grupos de Economia Solidária (ES). Deste modo, o PPC foi construído prevendo-se 200 horas, compreendendo:

- 20% de conteúdo básico (equivalente a 40 horas);
- 80% de conteúdo profissionalizante (equivalente a 160 horas);
- No âmbito profissionalizante, 70% de conteúdo teórico/prático (112h) e 30% de carga horária destinada a vivências práticas (48h) no tempo comunidade.

O Curso supracitado tem por referência o Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista – Código do Curso: 221004 Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios **do Guia Pronatec de Cursos FIC**. No entanto, **não será exigida escolaridade mínima**, tendo em vista os princípios da economia popular e solidária e o objetivo da educação profissional, estabelecido pelo Decreto nº 2.208/1997, de qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Perfil Profissional: Auxiliar no planejamento, na execução de processos, na prestação de assistência e serviços aos cooperados. Promover e atuar na constituição de cooperativas em comunidades locais. Desenvolver estratégias de fomento às políticas públicas de economia solidária no território, à criação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), à articulação e construção de redes de cooperação solidárias e cadeias produtivas em economia solidária.

Espera-se como resultados ao final do curso que os egressos atuem no apoio e desenvolvimento de ações dos projetos de cooperativas, no desenvolvimento de cooperativas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

em suas comunidades, conheçam a legislação cooperativista e valorizem a educação cooperativa para o sucesso do empreendimento coletivo.

4. JUSTIFICATIVA

O Instituto Federal de Alagoas (IFAL) é uma autarquia federal de ensino responsável pela oferta de cursos técnicos, licenciaturas, cursos de formação inicial e continuada (FIC), tecnologias, engenharias e pós-graduação.

O Programa de Formação e Qualificação Profissional e Social em Economia Popular e Solidária nos Institutos Federais das regiões Norte e Nordeste é fruto do trabalho coletivo de grupos, organizações e instituições que trabalham com iniciativas que visam o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil, nos estados e nos territórios de identidade. Nesse sentido, o respectivo programa ganha materialidade, a partir de diálogos constituídos entre servidores que compõem a Rede IF EcoSol e a SENAES. O processo de maturação do programa foi se desenvolvendo, à medida que demandas reais identificadas por meio de estudo de prospecção com documentos norteadores apontaram para a necessidade de oferta de cursos de qualificação profissional, na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC), pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), na linha de fomento do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL (Resolução CODEFAT nº 907, de 26 de maio de 2021).

Considerando a Medida Provisória nº 1.154/2023 e o Decreto nº 11.539/2023, que recriam o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria de Economia Popular e Solidária e a Secretária de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda;

Considerando as competências da Secretaria de Economia Popular e Solidária - SENAES, criada pelo Decreto supracitado, de colaborar com outros órgãos públicos em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza; estimular a criação, a manutenção e a ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

Considerando, ainda, as competências da Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda de planejar, coordenar, monitorar e avaliar as ações de estímulo ao emprego e trabalho para a juventude, incluídos a aprendizagem, o estágio e as iniciativas de inclusão produtiva;

Considerando a Portaria MTE nº 3.222/2023, que Institui o Programa Ecosol: Ciranda Formativa Norte e Nordeste/Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional – PMQ voltado ao desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional a jovens e trabalhadores, de forma a contribuir com a formação geral, acesso e permanência no mundo do trabalho.

Considerando o compromisso assumido pelo Estado brasileiro com a Agenda 2030, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pela Organização das Nações Unidas (ONU), em destaque os ODS 1 – Erradicação da pobreza, 2 -Fome zero e agricultura sustentável, 4 – Educação de Qualidade, 5 – Igualdade de Gênero, 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, 10 – Redução das desigualdades, 12 – Consumo e produção responsáveis e 17 – Parcerias e meios de implementação, e em especial, o ODS 8 o qual prevê uma meta de reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação: “[...] Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos”;

Considerando a Resolução da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 10 de junho de 2022, relativa ao trabalho decente e a economia social e solidária, que orienta os Estados-membros a levem em consideração a contribuição da economia social e solidária à conquista do trabalho decente, a economia inclusiva e sustentável, a justiça social, o desenvolvimento sustentável e a melhoria na qualidade de vida para todos;

Considerando as deliberações das Conferências Nacionais de Economia Solidária, em especial da sua terceira edição que resultou na publicação do 1º Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável;

Considerando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, sobre a educação profissional e tecnológica, sua abrangência em cursos de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

formação inicial e continuada ou qualificação profissional e seu desenvolvimento em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho; e, por fim,

Considerando o objetivo da educação profissional, estabelecido pelo Decreto nº 2.208/1997, de qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho;

Sendo assim, optou-se pela oferta do Curso **Agente de Desenvolvimento Cooperativista Solidário**.

No que se refere, especificamente, à proposta de formação e de qualificação profissional, o IFAL tem realizado um trabalho sistematizado, na esteira de uma série de ações com vistas ao fortalecimento de uma política de promoção da diversidade no âmbito institucional. No âmbito da Economia Solidária as ações têm se pautado no estreitamento de laços entre a comunidade acadêmica e as comunidades que se baseiam em princípios de economia popular e de trabalho coletivo.

No *Campus Arapiraca*, o público que se pretende atingir é, preferencialmente, trabalhadores e trabalhadoras vinculados a grupos produtivos autogestionários, formalizados ou não, a exemplo de grupos informais, associações, cooperativas, coletivos urbanos e rurais; jovens; população negra; mulheres; povos e comunidades tradicionais e originárias; pessoas com deficiência – PCD; população idosa; população LGBTQIA++; pessoas cadastradas nos Programas Sociais do Governo Federal (Cad Único).

A vocação atual da cidade de Arapiraca que tem aproximadamente 240 mil habitantes de acordo com o Censo do IBGE de 2022 é o setor de serviços, tendo mais de 20 mil registros ativos na Junta Comercial do Estado de Alagoas, sobretudo microempreendedores individuais e microempresas. Outrora conhecida como Capital do Fumo, a cidade diversificou suas atividades de produção agrícola, especialmente de produtos como cana-de-açúcar, milho, feijão, mandioca e frutas. Há também um desenvolvimento significativo na agroindústria, com processamento de alimentos e produção de derivados agrícolas. A criação de gado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

bovino e aves também é uma atividade econômica relevante na região, contribuindo para o desenvolvimento do arranjo produtivo local agropecuário. Por conta dessa diversidade e pela localização geográfica, Arapiraca é um polo de distribuição logística para todo o Estado de Alagoas. Diante do contexto da região, espera-se que os formados no curso de qualificação profissional de Agente de Desenvolvimento Cooperativista Solidário se conectem a essa cadeia produtiva já existente por meio da economia de base coletiva.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento deste curso ancora-se nos dados nacionais sobre o mundo do trabalho que evidenciam a importância do trabalho de base comunitária com ênfase nas pessoas, suas relações de proximidade, participação democrática e controle social, tendo como finalidade o empoderamento dos sujeitos frente ao contexto social no qual estão inseridos, bem como na Portaria MTE N. 3.222, de 21 de agosto de 2023, que institui o PMQ.

O curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista Solidário é uma resposta essencial às dinâmicas contemporâneas do mundo do trabalho, que revelam uma crescente precarização e fragmentação das relações laborais. Dados nacionais sobre o mercado de trabalho destacam a necessidade urgente de fortalecer iniciativas de base comunitária, onde o foco principal recai sobre as pessoas, suas interações próximas, participação democrática e controle social. Este enfoque visa não apenas o fortalecimento das comunidades, mas também o empoderamento dos indivíduos diante dos desafios sociais presentes em seu contexto.

Na medida em que existe um movimento maior de precarização, uberização e pejetização da classe trabalhadora, o indivíduo assalariado tem perdido espaço e o cooperativismo volta a ser uma alternativa de fortalecimento do sujeito por meio da coletividade. Segundo Singer (2002), o desinteresse pelo tema cooperativismo existia em função do fortalecimento da classe trabalhadora e dos sindicatos, da sensação de pleno emprego após Segunda Guerra, do sentimento de cidadania que o emprego gerava, mesmo o trabalhador estando em condição de subordinação e alienação em relação ao processo de produção. A apatia do trabalhador diante das ausências ou poucas perspectivas de trabalho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

formal e assalariado se torna a semente para um novo levante da economia de base solidária: por meio da coletividade, participação social e democrática, o indivíduo tem seu espaço de fala e o fruto da sua força de trabalho tem significância para a comunidade na qual está inserido.

Nesse sentido, a economia solidária é um outro modo de produção, diferente do modo de produção capitalista. Neste, basicamente a sociedade se divide em dois grupos: os que possuem o capital e a liberdade de usá-lo e a classe que troca sua força de trabalho por não ter o capital para sobreviver. A economia solidária se baseia na coletividade do capital: todos fazem parte da classe trabalhadora e os frutos do trabalho são repartidos por todos (SINGER, 2002).

O curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista Solidário não se limita apenas ao estudo das cooperativas tradicionais, mas abrange uma variedade de formas de empreendimentos de economia solidária (EES). Além das cooperativas e associações, existem outros formatos menos convencionais que também adotam princípios de cooperação e autogestão. Reconhecer e legitimar essas diferentes formas de organização é essencial para ampliar o alcance e a eficácia das políticas públicas voltadas para o setor. Há outros atores sociais envolvidos nesse modelo de gestão compartilhada, inclusive informais (VERONESE *et al*, 2017).

Buscar a legitimidade legal é um passo crucial na trajetória dos empreendimentos de economia solidária, pois proporciona acesso a políticas públicas de assessoramento e financiamento, que são fundamentais para fortalecer e expandir essas iniciativas. O curso visa capacitar os participantes não apenas na operação de empreendimentos solidários, mas também na articulação com órgãos governamentais, entidades de fomento e outros atores relevantes para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Em síntese, o curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista Solidário surge como uma ferramenta valiosa para promover uma transição justa e sustentável para uma economia mais inclusiva e solidária. Ao capacitar os indivíduos para atuarem como agentes de transformação em suas comunidades, contribui-se para a construção de um futuro mais justo e equitativo para todos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

6. OBJETIVOS

6.1 Geral:

O Curso de Formação Inicial e Continuada em **Agente de Desenvolvimento Cooperativista Solidário**, na modalidade presencial, apresenta como objetivo geral realizar a qualificação social e profissional de empreendedoras e empreendedores em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, alinhada com a política de economia popular e solidária, com foco no acesso e permanência em ocupações demandadas pelo setor produtivo local e/ou relacionadas à vocação econômica do território, visando à inclusão e inserção no mundo do trabalho, priorizando-se a articulação dos conhecimentos teóricos práticos da formação básica e de qualificação profissional.

6.2 Específicos:

Espera-se que ao final da formação os/as cursistas possam ter desenvolvido os seguintes conhecimentos:

- a) Auxiliar no planejamento, na execução de processos, na prestação de assistência e serviços aos/as cooperados/as;
- b) Promover e atuar na constituição de cooperativas em comunidades locais;
- c) Desenvolver estratégias de fomento às políticas públicas de economia solidária no território, à criação de Empreendimentos Econômicos Solidários, à articulação e construção de redes de cooperação solidárias e cadeias produtivas em economia solidária.
- d) Construir e ampliar conhecimentos relativos a Direitos Humanos, Educação Socioambiental e Sustentabilidade, Educação das Relações Étnico-Raciais, Cidadania, Gênero, Direitos, Ética e Relações Humanas, Políticas Públicas e Mundo do Trabalho.

7. REQUISITOS E FORMA DE INGRESSO:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

O ingresso no Curso dar-se-á por meio de processo seletivo especificado em edital que contemple os seguintes elementos:

- a) Forma da seleção: sorteio dos inscritos por empreendimento de economia solidária, garantindo que todos os empreendimentos, a depender da quantidade de inscrições, sejam contemplados com a mesma quantidade de vagas;
- b) Período de início e fim das inscrições;
- c) Gratuidade da oferta;
- d)** Os meios de contato com a instituição: marcelo.diniz@ifal.edu.br, (82) 99436-6090, Ecosol Campus Arapiraca;
- e) Turno: NOTURNO;
- f) Idade mínima de 16 anos.

8. PÚBLICO-ALVO

Descrição do Público-Alvo: Serão ofertadas **40** vagas, compreendendo o público- alvo:

- a) Trabalhadores e trabalhadoras vinculados a grupos produtivos autogestionários, formalizados ou não, a exemplo de grupos informais, associações, cooperativas, coletivos urbanos e rurais;
- b) Jovens;
- c) População negra;
- d) Mulheres;
- e) Povos e comunidades tradicionais e originárias;
- f) Pessoas com Deficiência – PCD;
- g) População idosa;
- h) População LGBTQIA++;
- i) Atender o público Cadastrado nos Programas Sociais do Governo Federal (Cad Único);
- j) Público em geral.

9. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

9.1 Metodologia

A matriz curricular – Agentes de Desenvolvimento Cooperativista Solidário, foi desenvolvida na perspectiva das Diretrizes político-metodológicas para educação em economia solidária, recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012 (SENAES, 2012).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

A abordagem metodológica do curso baseia-se, portanto, nos “princípios e valores da Economia Solidária, bem como os fundamentos, práticas e metodologias da Educação Popular, estabelecendo como pressuposto o respeito e a valorização dos saberes locais, a formação contextualizada no tempo e no espaço e na socialização de conhecimentos e saberes” (SENAES 2012, p. 3).

Sendo assim, o percurso formativo envolvendo todos os sujeitos da ação formativa (formadores, educandos/as, comunidade, empreendimentos etc.) em economia solidária compreenderá a indissociabilidade entre a teoria e prática dentre outros aspectos:

- a) o território como ponto de partida da imersão na realidade;
- b) a investigação como produção de conhecimento. A investigação é o ponto de partida essencial para mergulhar na realidade e estimular a prática da investigação participante e a ação ativa dos sujeitos formadores-educandos;
- c) a alternância, compreendida por tempos presenciais de jornadas pedagógicas e tempos de experimentação formativa - comunidades, empreendimentos, territórios. (SENAES 2012, p.4).

A abordagem metodológica fundamenta-se ainda, em processos sócio interacionistas, em que o diálogo e a construção coletiva de saberes serão alicerces para as práticas pedagógicas no curso. Por meio de estratégias e atividades didáticas que envolvam a pesquisa, a experimentação e a reflexão, os/as estudantes serão convidados/as a desenvolver produções individuais e coletivas tais como: portfólios e relatos reflexivos sobre as práticas realizadas, além de outras atividades que serão realizadas em grupos. Poderão ser utilizadas estratégias de jogos cooperativos, resolução de problemas, rodas de conversa, produção de protótipos, produção de diários, aulas dialógicas que relacionem teoria e prática; diagnóstico das necessidades de aprendizagem dos/as estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios; aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates; oficinas pedagógicas dentre outras atividades. O curso iniciará com o acolhimento, por meio de atividades que promovam a socialização entre os/as estudantes,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

professores/as e demais membros da equipe do projeto, garantindo-se ainda a experiência em diferentes espaços formativos.

As aulas Teórico-Práticas, baseiam-se em pilares que possibilitem aos/às participantes a construção de conceitos, procedimentos e atitudes, bem como na concepção de educação popular e pedagogia da alternância em que são reservadas as atividades práticas relacionadas ao tempo comunidade. Além disso, a metodologia pauta-se na educação diferenciada, na vivência coletiva e autogestionária dos espaços educacionais, bem como na perspectiva da indução à continuidade de formação e escolarização.

Em relação ao Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TE) devem-se ser consideradas as seguintes estratégias e práticas pedagógicas:

- Vivência de diferentes tempos educativos;
- Inserção nos processos de gestão da escola;
- Conteúdos socialmente úteis;
- Avaliação participativa e vinculados aos objetivos de aprendizagem;
- Acompanhamento;
- Inclusão na comunidade;
- Conhecimento e integração junto aos movimentos sociais;
- Desenvolvimento de atividades de complementação de Estudos;
- Atividades práticas acompanhadas;
- Desenvolvimento de Pesquisas;
- Reflexões sobre o período de vivência TC, por meio de seminários no TC e TE; etc.

Com o início das atividades, será realizada avaliação diagnóstica para avaliar os conhecimentos prévios sobre o assunto base do curso, a fim de balizar a prática educativa com o enfoque necessário aos conhecimentos essenciais que necessitem ser desenvolvidos, além da avaliação diagnóstica, será realizada a avaliação contínua e formativa ao longo do período de formação dos/as discentes.

9.2 Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem entendida enquanto processo contínuo deve assumir as funções diagnóstica, formativa e somativa, de forma que seus resultados sejam orientadores



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

da tomada de decisão e (re)planejamento das ações com vistas a superar possíveis dificuldades encontradas.

Neste sentido, pressupõe-se a contextualização teórico/prática dos conhecimentos na linha da educação Freireana e a diversificação de instrumentos de forma a possibilitar que o/a docente avalie sua prática e a reformule e ao/à estudante o desenvolvimento do compromisso para com a sua aprendizagem, contribuindo continuamente para a autonomia, a formação crítica e cidadã.

Para a certificação, os/as estudantes deverão apresentar frequência de, no mínimo, 75% do total de aulas ministradas, havendo controle de presença e deverá obter nota mínima de 6,00 na avaliação final.

Para socializar as experiências e principais resultados do projeto, a equipe de execução realizará esforços para alimentar o site e outros canais institucionais do PMQ. Ainda com relação a disseminação dos resultados, haverá a apresentação de trabalhos no Congresso de Extensão e na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do *campus* Arapiraca.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso proposto foi organizado em 3 Módulos:

1. Módulo Básico (MB) com 40 h;
2. Módulo Profissional (MF) com (112 h)
3. Módulo Tempo Comunidade (MTC) com 48 h, perfazendo um total de 200h de curso.

O Módulo Básico (MB) com 40 h compreenderá: Gêneros Textuais; Habilidades de Raciocínio; Informática Básica; Mundo do Trabalho; Normas e Regras.

O Módulo Profissional (MF) com 112 h compreenderá: Introdução à Economia Solidária; Ecossistemas e Redes; Organização, Gestão e Formalização; Acesso a Políticas Públicas e Financiamento.

O Módulo Tempo Comunidade (MTC) com 48 h compreenderá: Prática de Intervenção Social.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

Ao final dos módulos, espera-se que o aluno formado possa contribuir no atendimento às necessidades dos empreendimentos de economia solidária.

10.1 Conteúdo Programático

A organização curricular deste curso considera a necessidade de proporcionar qualificação profissional em **Agente de Desenvolvimento Cooperativista Solidário**, comprometida com a formação humana integral uma vez que propicia, ao/à participante, uma qualificação laboral relacionando currículo, trabalho e sociedade. O curso está organizado em três módulos complementares denominados: Módulo Básico (MB) com 40 h; Módulo Profissional (MF) com 112 h e Módulo Tempo Comunidade (MTC) com 48 h, compreendendo em sua organização didática, componentes curriculares e atividades que serão oferecidas na modalidade de Extensão com oficinas, minicursos, palestras e rodas de conversas entre outros.

10.2 Estrutura Curricular do Curso

A Estrutura Curricular do Curso foi estruturada a partir da pedagogia Freireana, na qual o aprendiz está no centro do processo. Compreendendo uma práxis como eixo formativo e dialógico, em que se considera a heterogeneidade do público-alvo e objetiva-se uma metodologia que, parte de uma avaliação diagnóstica, ao início do processo formativo, a qual permita o conhecimento do nível de aprendizagem de cada estudante, para que seja possível elaborar estratégias para o avanço e a ampliação dos conhecimentos e, por meio das quais o aprimoramento de estudos seja construído e alcançado com a participação de todos/as. Para isso, o fazer é o cerne da metodologia: o fazer no sentido do trabalho associado. Sabemos que só se aprende, fazendo, e fazendo coletivamente.

A práxis pedagógica se propõe, portanto, à construção do enlace entre a teoria/prática, em que o planejamento do que será desenvolvido, assim como a sua efetivação e a avaliação do que foi realizado em sala de aula, nos laboratórios, nos empreendimentos e no território, ou seja, em todo espaço pedagógico formativo, sempre estejam acompanhados de reflexão crítica. Na formação cidadã, na linha da educação popular, o conhecimento técnico considera a técnica a serviço da vida e do bem viver. Deste modo, seguindo os princípios da economia solidária enfoca-se na continuidade da educação e na elevação da escolaridade em todos os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

níveis que se nos apresentarem, devido à heterogeneidade do público atendido. A formação continuada deve ocorrer permanentemente, compreendendo o trabalho como possibilidade de ampliação das competências e habilidades tanto técnicas quanto politécnica: humana e cidadã.

Considerando que o objetivo do projeto é realizar qualificação profissional e social alinhada com a política de economia popular e solidária, na garantia da transversalidade, interdisciplinaridade e educação popular, contribuindo no fortalecimento das iniciativas de economia popular e solidária e com a construção de redes produtivas, fundamentadas nos princípios da autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e na valorização das dinâmicas territoriais, foram delineados os conhecimentos essenciais, a serem desenvolvidos de forma articulada entre os componentes curriculares previstos, compreendendo a contextualização e a complementaridade.

- ESTRUTURA CURRICULAR

MÓDULO	CH	CONTEÚDO	CH
Básico	40	I - Gêneros Textuais:	8
		- Práticas de leitura, escrita e expressão oral	
		II. Habilidades de Raciocínio para atender demandas cotidianas dos EES:	8
		- As 4 operações básicas;	
		- Sistemas de medidas;	
		- Proporção direta e indireta;	
		- Indução, dedução e analogia.	
		III - Informática básica para atender demandas cotidianas dos EES:	8
		- Operações básicas no computador e/ou smartfone	
		- Planilhas eletrônicas;	
		- Editor de texto;	
		- Apresentação;	
		- Navegadores de internet.	
		IV - O Mundo do Trabalho:	8
- Saúde e segurança no trabalho;			
- Relações interpessoais para autogestão;			
- Orientação profissional para a economia solidária;			
- O Currículo coletivo/individual.			
V - Normas e Regras:	8		
- Direitos humanos, sociais e trabalhistas;			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

		- Responsabilidade socioambiental.	
Profissional	112	I - Introdução à Economia Solidária:	28
		- Histórico;	
		- Trabalho associado;	
		- Prática autogestionada;	
		- Princípios do Ecosol.	
		II - Ecossistema e Redes:	28
		- Segmentos: Catadores, Artesanato, Agricultura Familiar, Vestuário e gastronomia, Comercialização, Finanças solidárias;	
		- Redes: estruturas das cadeias produtivas.	
		III - Organização, Gestão e Formalização:	28
		- Sistema de Economia Solidária: Gestão Pública, Conselhos, Fundos, Fóruns, Empreendimentos e Entidades de apoio;	
		- Tipos de trabalho associado: Associações, Cooperativas, Organizações (UNICOPAS, UNIFACES, UNISOL, CONCRAB, UNICATADORES), grupos informais, fábricas recuperadas;	
		- A gestão do empreendimento: As práticas autogestionárias (reuniões e assembleias (Plano de EES, Planos de comercialização e logística (canais de comunicação, transporte e distribuição), operacionalização (divisão das funções e tarefas, cronograma de atividades e ações);	
IV - Acesso às Políticas Públicas e Financiamentos:	28		
- Principais fontes de fomento;			
- Estratégias de captação de recursos;			
- Financiamentos: Bancos comunitários e demais bancos;			
- Elaboração de projetos.			
Tempo Comunidade	48	I - Prática de Intervenção Social:	48
		1. Pesquisa;	
		2. Elaboração do projeto;	
		3. Ação;	
		4. Seminário (apresentação).	
Carga-horária total	200h		200h
Avaliação: progressiva, continuada e um encontro final de avaliação e autoavaliação do curso			

A carga horária do Tempo Comunidade é diluída igualmente dentro de todos os componentes **profissionalizantes**. Sendo assim, cada um desses componentes deverá registrar no Planos de Ensino da seguinte forma:

- 28 h de carga horária teórica e 12 h de carga horária prática(Tempo Comunidade).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

11. RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A presente proposta pauta-se em política educacional para a promoção do acesso das populações afastadas da possibilidade de inclusão ao conhecimento, à tecnologia e à inovação, oferecendo educação profissional e tecnológica para jovens e adultos, por meio da Formação Inicial e Continuada, atendendo às demandas sociais e peculiaridades regionais, proporcionando a inserção no mercado de trabalho e o incentivo ao prosseguimento dos estudos com a elevação da escolaridade. O curso possibilitará a formação educacional, profissional e tecnológica, permitindo a emancipação e acesso ao mundo do trabalho, em consonância com a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, sobretudo no módulo Tempo Comunidade, na prática de intervenção pedagógica, de onde podem surgir demandas de pesquisa ou extensionistas de práticas com as comunidades, e até mesmo projetos de ensino tendo os egressos como figuras multiplicadoras do curso.

12. AVALIAÇÃO

12.1 Pelo Público

Durante o decorrer de todo o curso, os/as estudantes serão estimulados/as a expressarem a sua percepção acerca das atividades desenvolvidas. Os/as estudantes avaliarão as ações por meio de questionário de satisfação aplicado ao final do curso FIC, descrevendo suas percepções a respeito das instalações, professores e conteúdo. Serão ainda indagados/as a respeito de seus anseios e objetivos atingidos. Os/As egressos/as serão acompanhados/as e estimulados/as a fazerem parte de redes sociais para acompanhamento de outras oportunidades e manutenção de vínculo com a instituição. As avaliações serão realizadas por meio do Google Formulários.

12.2 Pela Equipe

Ao final do projeto, será aplicado um protocolo de autoavaliação e de satisfação para os participantes (equipe técnica, formadores e discentes), visando obter feedback sobre a qualidade dos cursos e do Programa de formação em Economia Popular e Solidária. Os resultados serão analisados e utilizados para aprimorar futuras edições do Programa. Ao final do Curso será submetido relatório das atividades, elencando as ações e seu cumprimento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

Também serão informados os produtos gerados e seu impacto para a comunidade. As avaliações serão realizadas por meio do Google Formulários.

13. PROGRAMA DOS COMPONENTES CURRICULARES

COMPONENTE CURRICULAR	
Gêneros Textuais	Carga Horária: 8 hrs
EMENTA	
Gêneros textuais: estrutura e funções.	
OBJETIVOS	
Entender a estrutura e função dos diversos gêneros textuais.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Práticas de escrita, leitura e expressão oral.	
REFERÊNCIAS	
KOCH, Ingedore. Ler e compreender: os sentidos do texto . São Paulo: Contexto, 2012. LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo . São Paulo: Ática, 2000. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual: análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008.	

COMPONENTE CURRICULAR	
Habilidades de Raciocínio para atender às demandas dos EEs	Carga Horária: 8 hrs
EMENTA	
Operações com números inteiros e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Proporcionalidade e lógica da argumentação.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

OBJETIVOS
Compreender temas básicos do raciocínio matemático que alicerçam as atividades cotidianas e são fundamentais para a compreensão das demandas das EEs, fornecendo, assim, subsídios da lógica matemática para que o aluno possa resolver problemas práticos do universo da economia solidária.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
As 4 operações básicas; Sistemas de medidas; Proporção direta e indireta; Indução, dedução e analogia.
REFERÊNCIAS
BOSQUILHA, A.; AMARAL, J. T. Manual compacto de matemática: ensino fundamental . São Paulo: Rideel, 2010. FACCHINI, W. Matemática para a escola de hoje . São Paulo: Saraiva, 2006. TAHAN, M. Matemática divertida e curiosa . Rio de Janeiro: Record, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR	
Informática Básica para atender às demandas dos EEs	Carga Horária: 8 hrs
EMENTA	
Manipulação de arquivos e pastas. Componentes de um sistema computacional. Processadores eletrônicos de texto. Formatação e impressão de documentos de texto. Planilhas eletrônicas. Formatação e impressão de planilhas eletrônicas. Softwares para apresentações eletrônicas. Serviços e principais ferramentas de acesso à Internet.	
OBJETIVOS	
Despertar no estudante a importância de uma atuação (administração) eficiente e eficaz dentro do contexto da economia solidária com o uso de tecnologias básicas de informação, fundamentais para potencializar a produtividade do trabalho coletivo.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

Operações básicas no computador e/ou smartfone; Planilhas eletrônicas; Editor de texto; Apresentação; Navegadores de internet.

REFERÊNCIAS

CAPRON, H.L., JOHNSON, J.A. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

MARILYN M.; ROBERTA B. & PFAFFENBERGER, B. **Nosso Futuro e o Computador**. 3ª ed. Bookman, 2000.

WHITE, R. **Como Funciona o Computador**. Editora QUARK, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR

O Mundo do Trabalho

Carga Horária: 8 hrs

EMENTA

Evolução histórica da segurança no trabalho. Relações interpessoais e tomada de decisão em conjunto. Desenvolvimento profissional na perspectiva da economia solidária.

OBJETIVOS

Conhecer a história do precionismo e a importância da decisão coletiva como pressuposto do trabalho em comunidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Saúde e segurança no trabalho; Relações interpessoais para autogestão; orientação profissional para economia solidária; o curriculum coletivo/individual.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adilson Francelino (org.). **Manual para Cooperativas: boas práticas na gestão cooperativada**. Francisco Beltrão: Unioeste/Unicafes/SETI, 2010.

COUTO, Hudson A. **Ergonomia Aplicada ao Trabalho**. Belo Horizonte: Ergo, 1995.

SALIBA, Tuffi. **Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional**. São Paulo: LTr, 2004.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

COMPONENTE CURRICULAR	
Normas e Regras	Carga Horária: 8 hrs
EMENTA	
Trabalho autogestionário x trabalho assalariado (carteira assinada). Direitos humanos como valores universais. Diversidade como princípio do trabalho solidário. Ações afirmativas. Responsabilidade socioambiental e sustentabilidade.	
OBJETIVOS	
Compreender os diferentes tipos de trabalho e a importância da autogestão, bem como o princípio da sustentabilidade como norteador da economia solidária.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Direitos humanos, sociais e trabalhistas.	
REFERÊNCIAS	
<p>CRÚZIO, Helnon de Oliveira. Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, (Coleção FGV Prática).</p> <p>LEITE, Paulo Roberto. Logística Reversa – meio ambiente e competitividade. Ed. Pearson Education do Brasil Ltda, 2003.</p> <p>REIS, Tatiana Araújo. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS. In: REGO, Diogo Ferreira de Almeida; AMORIM, Rizioneide Souza; CARRASCAL, Ivette Tatiana Castilla (org.). Múltiplos olhares sobre a economia solidária na América Latina. Natal: Ifrn, 2021. p. 165-237. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2159. Acesso em: 20 abr. 2024.</p>	

COMPONENTE CURRICULAR	
Introdução à Economia Solidária	Carga Horária: 40 hrs (28 hrs de carga horária teórica e 12 hrs de carga horária prática no Tempo Comunidade)
EMENTA	
Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário; Economia Solidária e seu	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

marco regulatório; Políticas Públicas de Economia Solidária.	
OBJETIVOS	
Fazer com que os alunos se apropriem de conhecimentos e práticas didático-pedagógicas que integrem educação, trabalho associado e geração de renda nos diferentes contextos e de maneira efetiva, traduzindo esta proposta como uma estratégia que possibilite a inserção social, a emancipação e a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos de forma sustentável e solidária.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Histórico; Trabalho associado; Prática autogestionada; Princípios do Ecosol.	
REFERÊNCIAS	
LIANZA, Sidney e ADDOR, Felipe (organizadores). Tecnologia e desenvolvimento social e solidário . Porto Alegre. 2005. UFRGS.	
SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária . São Paulo, 2002. Fundação Perseu Abramo.	
VARANDA, Ana Paula de Moura e BOCAUYVA, Pedro Cláudio Cunha (organizadores). Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária . Rio de Janeiro. 2009. FASE/IPPUR/LASTRO/UFRJ.	

COMPONENTE CURRICULAR	
Ecosistema e Redes	Carga Horária: 40 hrs (28 hrs de carga horária teórica e 12 hrs de carga horária prática no Tempo Comunidade)
EMENTA	
Os movimentos e redes de economia solidária; Os empreendimentos de economia solidária e a autogestão.	
OBJETIVOS	
Compreender a importância da organização das cooperativas singulares, centrais, federações, confederações, articulação de redes locais, territoriais e nacional.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Segmentos: Catadores, Artesanato, Agricultura Familiar, Vestuário e gastronomia, Comercialização, Finanças solidárias; Redes: estruturas das cadeias produtivas.	
REFERÊNCIAS	
BARBOSA, R. N. C. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.	
SANTOS, B. S. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.	
SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. SANTOS, B. S. (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.	

COMPONENTE CURRICULAR	
Organização, Gestão e Formalização	Carga Horária: 40 hrs (28 hrs de carga horária teórica e 12 hrs de carga horária prática no Tempo Comunidade)
EMENTA	
O Sistema de Representação das Cooperativas. Constituição de 1891, Art. 72. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Capítulo 1 – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Art. 5º, item XVIII. Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998. Decreto 3.017, de 6 de abril de 1999. Decreto 796, de 2 de outubro de 1890 – primeira lei cooperativista. Processo de criação de Cooperativas.	
OBJETIVOS	
Proporcionar ao estudante o conhecimento das leis que regem o cooperativismo brasileiro e processo de constituição e funcionamento das cooperativas e associações, identificando as responsabilidades das partes em cada processo, seja ele cooperativo, seja associativo.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Sistema de Economia Solidária: Gestão Pública, Conselhos, Fundos, Fóruns, Empreendimentos e Entidades de apoio; Tipos de trabalho associado: Associações, Cooperativas, Organizações (UNICOPAS, UNIFACES, UNISOL, CONCRAB,	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

UNICATADORES), grupos informais, fábricas recuperadas; A gestão do empreendimento: As práticas autogestionárias (reuniões e assembleias (Plano de EES, Planos de comercialização e logística (canais de comunicação, transporte e distribuição), operacionalização (divisão das funções e tarefas, cronograma de atividades e ações).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial. Brasília: 2012.

BRASIL. **Lei 12.690, de 19 de julho de 2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho. Diário Oficial. Brasília: 2012.

PONTES, Hélio Silva e PINTO, Daniel Mendes. **Gestão de Empreendimentos Comunitários no Manejo Florestal**. Serviço Florestal Brasileiro. Brasília, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR

Acesso a Políticas Públicas e Financiamentos	Carga Horária: 40 hrs (28 hrs de carga horária teórica e 12 hrs de carga horária prática no Tempo Comunidade)
---	---

EMENTA

Comercialização/comércio justo; Crédito e finanças solidárias.

OBJETIVOS

Conhecer as principais fontes de financiamento e acesso a crédito voltados à economia solidária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Principais fontes de fomento; Estratégias de captação de recursos; Financiamentos: Bancos comunitários e demais bancos; Elaboração de projetos.

REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, Cláudio. **A autogestão comunal**. Marília: Lutas anticapital, 2020. Disponível em <<https://lutasanticapital.com.br/products/pdf-a-autogestao-comunal-2a-edicao>> Acesso em: 20 abr. 2024.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

SILVA, Sandro Pereira. **Entidades de apoio e fomento à economia solidária no brasil: uma análise exploratória.** Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11521/1/Entidades_Apoio_cap6.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

TEODOROVICZ, J. **Economia solidária, políticas públicas de microcréditos e direitos fundamentais no Brasil: desafios e perspectivas.** NOMOS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, Fortaleza, v.40, n.1, jan./jun.2020, p. 241-264. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/62208>. Acesso em: 20 abr. 2024.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano Nacional de Economia Solidária**: Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Brasília, 2015. Disponível em https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/983/1/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023**. Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal do setor rodoviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11539.htm. Acesso em: 23 Jan. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 23 jan. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm . Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) - **Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superiores/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12988-pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) - **Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

em <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superiores/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12988-pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

CFES. Rede de Centros de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária. **Referenciais metodológicos de formação e assessoria técnica em economia solidária**. Brasília: Cáritas; SENAES, 2016.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Guia Pronatec de Cursos FIC**. 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em 22 jan.2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Portaria MTE nº 3.222, de 21 de agosto de 2023**. Institui o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ voltado ao desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional a jovens e trabalhadores, de forma a contribuir com a formação geral, acesso e permanência no mundo do trabalho. Disponível em: <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2023/Ago/23/para-conhecimento-institucional/portaria-no-3-222-de-21-de-agosto-de-2023-institui-o-programa-manuel-querino-de-qualificacao-social->. Acesso em 22 jan.2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO (TEM). **Resolução CODEFAT nº 907, de 26 de maio de 2021**. Reestrutura o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/Resolucao-no-907-de-26-de-maio-de-2021-Consolidacao-da-Res.-Reestrutura-o-Plano-Nacional-de-Qualificacao.pdf>. Acesso em 23 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Resolução da Organização Internacional do Trabalho – OIT**, de 10 de junho de 2022. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_888039.pdf. Acesso em 23 de jan. 2024.

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. **Nações Unidas Brasil**. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> . Acesso em: 24 jan. 2024.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019). Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/983/1/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf . Acesso em 23 jan.2023.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Diretrizes político-metodológicas para educação em economia solidária**. Recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012. Disponível em <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5B92EB23D11/RECOMENDACOES%20%20WEB.pdf> Acesso em 22 jan. 2024.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Senaes); Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) Departamento de Qualificação (DEQ). **I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária**: documento final. Brasília: MTE, Senaes, SPPE, DEQ, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abram, 2002. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/22/Introducao-economia-solidariaWEB1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 jan. 2024

VERONESE, Marilia Verissimo; GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane Vieira. **Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária**. Caderno Crh, [S.L.], v. 30, n. 79, p. 89-104, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792017000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/4VtvHrKp8ggv4jFnVjGrGHL/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 18 jan. 2024.